UMA REFLEXÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maiara Bonifácio da Silva¹

Daniel dos Santos Carneiro²

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo e exploratório voltado aos estudos de gênero e ensino na educação básica. Tendo por objetivo contribuir para a desconstrução de preconceitos referente aos gêneros e educação em sala de aula, além de incentivar uma reflexão de como a educação de gênero pode colaborar para um espaço escolar mais tolerante, igualitário, diversificado e democrático a partir de um olhar reflexivo. Para o desenvolvimento do estudo apresentado, foram utilizadas bibliografias voltadas aos estudos de gênero e educação na contemporaneidade e consultas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Plano Nacional da Educação (PNE); Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e (Constituição Federal de 1988), as bases apresentadas serviram de fonte para compreender acerca das orientações e normativas sobre ensino, gênero e educação. O desenvolvimento da pesquisa também foi conduzindo com base em questionamentos sobre a relevância da educação de gênero no espaço escolar e como promover um espaço de ensino mais tolerante frente a diversidade. Os resultados obtidos indicam que é de suma importância o trabalho com gênero na educação escolar nos dias atuais, haja vista que, gênero assim como sexualidade são assuntos que atravessam a realidade dos estudantes, sendo também temas que compõem a identidade humana.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Importância. Cidadania. Diversidade.

ABSTRACT

The present research is a qualitative and exploratory study focused on gender studies and teaching in basic education. Aiming to contribute to the deconstruction of prejudices regarding gender and education in the classroom, in addition to encouraging a reflection on how gender education can contribute to a more tolerant, egalitarian, diverse and democratic school space. For the development of the study presented, bibliographies focused on studies of gender and education in contemporary times and consultations with the Law of Directives and Bases of National Education (LDB) were used; National Education Plan (PNE); National Common Curricular Base (BNCC) and (Federal Constitution of 1988), the bases presented served as a source to understand about the guidelines and regulations on teaching, gender and education. The development of the research was also conducted based on questions about the relevance of gender education in the school space and how to promote a more tolerant

¹Discente do curso de especialização em Gênero, Diversidade e Direitos humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

²Orientador. Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Data de submissão e aprovação: 15/02/2022

teaching space in the face of diversity. The results obtained indicate that it is extremely important to work with gender in school education nowadays, given that gender as well as sexuality are issues that cross the reality of students, being also themes that make up human.

Keywords: Gender; Education; Citizenship; Diversity.

1 INTRODUÇÃO

Comumente quando se discute sobre gênero são recorrentes visões e definições errôneas ou simplificadas acerca dessa categoria. Como bem apontam Medeiros e Moraes (2021, p. 1), “muitas vezes o termo gênero é erroneamente utilizado em referência ao sexo biológico”. Em seguida, as autoras esclarecem que o “gênero” diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo. Ou seja, gênero está vinculado às construções sociais, não as características naturais.

Desta forma, é fundamental fazer distinções conceituais sobre que é gênero, sexo, sexualidade, identidade de gênero e papéis de gênero. Pois, apesar de gênero e sexualidade possuírem conexões com outras questões como identidade de gênero, por exemplo, cada uma dessas categorias apresentam sua definição e particularidades.

Neste contexto, quando se debruça sobre o tema, é de suma importância inicialmente apresentar seu conceito, problematizando com base na produção científica acerca desse assunto e demonstrar que gênero é uma categoria que possui implicações micro e macroestruturais, tendo ligações e impactos na educação, saúde, questões históricas, políticas, sociais e relações humanas.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como temática central os estudos de gênero no contexto educacional no Brasil, tendo como delimitação apresentar discussões acerca desses estudos com ênfase em demonstrar que a abordagem desse assunto é orientada e também incentivada por documentos normativos e educacionais.

No entanto, apesar da inclusão dos estudos de gênero, o que ocorre na realidade, é que há empecilhos como preconceitos, tabus e desconhecimento em relação ao assunto, que dificultam o trabalho dessa temática com os discentes de forma adequada e eficiente.

Nessa direção, o artigo tem como objetivo primordial instigar uma discussão acerca da importância dos estudos de gênero no contexto de ensino e aprendizado da educação básica. Além disso, o trabalho também objetiva apresentar o conceito de gênero a partir dos estudos de gênero na contemporaneidade, visando também demonstrar que a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, Plano Nacional da Educação (PNE)⁴, Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵ e Constituição Federal de 1988⁶ (CF/88) legitimam e norteiam a aplicação das pautas sobre gênero no contexto educacional. E por fim, a pesquisa busca incentivar uma reflexão de como a educação de gênero pode colaborar para um espaço escolar mais tolerante, igualitário, diversificado e democrático.

Tendo em vista os objetivos do artigo, o trabalho parte dos seguintes questionamentos: qual é a importância de se trabalhar assuntos como gênero no contexto educacional, especialmente na educação básica? Qual a definição de gênero a partir da perspectiva desses seus estudos na contemporaneidade? De que maneira documentos como LDB, PNE, BNCC e CF/88 orientam acerca desses estudos no contexto educacional? Como a inclusão dos estudos de gênero na sala de aula promovem um espaço mais tolerante, igualitário, diversificado e democrático? Esses questionamentos serão problematizados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Com base nos questionamentos feitos em relação ao objeto de estudo, ressalta-se que a escolha dessa temática é de extrema importância, pois, atualmente pessoas de diferentes gêneros, principalmente as minorias, estão lutando pelos seus espaços, direitos civis e ainda lutando constantemente contra as diversas formas de discriminação, violência e preconceito.

Nesse sentido, é essencial pensar/refletir na construção de um modelo de escola e sociedade civil inclusivas, acolhedoras e abertas às diversas formas de gêneros e sexualidades presentes na sociedade contemporânea.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

³Foi institucionalizada em 1996 no país, sendo uma das legislações mais importantes do âmbito educacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov, 2021.

⁴ É a partir dele que são definidos quais são os planos, objetivos e metas que serão estabelecidos de um determinado ano até um prazo específico, ou seja, há um prazo definido para o alcance dessas metas e objetivos. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 dez, 2021.

⁵A Base Nacional Comum Curricular é um documento noteador onde os conhecimentos, habilidades e competências que os discentes devem assimilar, são ditribuidos em forma de eixos e competências que devem ser desenvolvidas ao longo dos períodos letivos. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 nov, 2021.

⁶ É sem dúvidas o principal documento jurídico de um país, é na CF que há a presença de direitos políticos, civis, culturais, sendo também definidos os deveres do poder estatal, dos três poderes, sendo também estabelecidos os direitos que cabem à população. Como por exemplo, acesso a uma educação gratuita, pública, de qualidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 nov, 2021.

2.1 Uma reflexão sobre a importância de gênero na educação

As discussões sobre gênero compõem de forma transversal⁷, parte dos temas voltados aos eixos educacionais. Desta forma, a escola se caracteriza como um dos espaços que pode colaborar para a reflexão do tema e por isto se reconhece a importância dos sistemas educacionais, pois, os mesmos desenvolvem processos de socialização nos períodos da infância e adolescência primordialmente, como forma de fundamentar a construção dos atores sociais na perspectiva de uma convivência em que se desenvolva o respeito e cidadania.

Portanto, a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos, discutindo as desigualdades decorrentes no cotidiano. Sobre esses aspectos:

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais. As relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, nas suas múltiplas possibilidades, atravessam a escola dos mais diferentes modos. (FELIPE, 2007. p. 79)

Por meio desta conjuntura, as discussões sobre gênero no âmbito escolar tornam-se indispensáveis, porque contribuem para uma formação seja de identidade ou de conhecimento sobre a pluralidade que a temática, gênero, possui. Atentar-se para isto, reafirmando sempre que preciso, será uma maneira de auxiliar os jovens a construir as relações de gênero que contemplem as diferenças entre homens e mulheres verificando a importância de cada um, na sociedade, para promover a compreensão sobre o outro objetivando desenvolver cidadãos mais equilibrados e respeitadores das diferenças (PCN, 1998 p. 323).

Portanto, as questões de gênero tornam-se necessárias no quesito, formação da cidadania, na busca pela mudança das mentalidades e construções das relações, porque está articulada com os ideais de respeito, direitos e deveres que são indispensáveis para uma convivência harmônica em sociedade. Desta forma, a escola se destaca como um espaço onde se é preciso propagar e incentivar tais ideais como também a convivência com as diferenças

⁷ O Ministério da Educação (MEC) define os temas transversais como àqueles que estão direcionados a compreensão e reflexão acerca da realidade concreta, dos direitos sociais e as responsabilidades individuais e coletivas. Além disso, os temas transversais também se relacionam com a busca por conscientização acerca da importância da participação política dos indivíduos. Ademais, o MEC considera temas transversais questões como Ética, Cidadania, Orientação sexual, Saúde, Meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, etc. Os temas transversais estão contemplados pela BNCC, PNE, especialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nesse sentido, as discussões acerca de gênero e sexualidade se encaixam em áreas como saúde, pluralidade, orientação sexual e devem ser trabalhadas no contexto de ensino e aprendizado.

Disponível em: [https://www.educabrazil.com.br/temas-](https://www.educabrazil.com.br/temas-transversais/#:~:text=Segundo%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,do%20princ%C3%ADpio%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica..)

[transversais/#:~:text=Segundo%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,do%20princ%C3%ADpio%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica..](https://www.educabrazil.com.br/temas-transversais/#:~:text=Segundo%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,do%20princ%C3%ADpio%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica..) Acesso em: 27 jan, 2021.

em suas pluralidades, entendendo que na concepção de cidadão, o ser humano possui uma série de direitos que colocam todos independentemente de classe social, gênero, identidade sexual, cor e etc, na mesma dimensão de igualdade.

Pensar a educação na visão de gênero possibilita discorrer sobre as inúmeras maneiras de ser homem ou de ser mulher, suas identidades construídas dentro de relações recíprocas e, ao mesmo tempo, complexas, sendo preciso levar em consideração as mudanças que ocorrem na produção do gênero ao longo dos distintos momentos históricos e sociais.

Diversas são as representações sobre homens e mulheres, e diversos são os papéis, padrões e regras atribuídos aos indivíduos. Nesse sentido, uma sociedade estabelece para seus membros regras e comportamentos em relação as suas roupas, modos de se relacionar ou de se porta. Por isso, é importante entendermos que na dinâmica do gênero ser masculino ou ser feminina são identidades, constantemente construídas, “elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p. 24-27).

Os aspectos relacionados às construções históricas acerca dos papéis sociais e hierarquias se relacionam com Freire (2005, p. 1) ao apontar que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Ou seja, vivemos em um sistema opressor e que sem uma educação libertadora, o sonho da pessoa que é oprimida por esse sistema é de segui-lo através da posição de opressor. Por isso, através da educação deve-se desconstruir os preconceitos, as relações de opressor e as intolerâncias enraizadas nesse sistema.

Seguindo a pauta sobre a relação histórica e aspectos referente ao oprimido/opressor, indispensável trabalhar gênero no ensino básico visando o aprendizado crítico dos alunos, contribuindo assim para a formação de cidadãos capacitados para lidarem melhor com as diferenças, incluindo e acolhendo-as numa sociedade mais justa e igualitária para todos. Nesse prisma, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais apontam que:

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos. O conjunto de temas aqui proposto — Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo — recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. (PCN, 1998, p. 25)

Ainda segundo os PCNs (1998, p. 26) “por envolverem diversos temas sociais, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais, pois, abordam e ratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, em seu cotidiano”.

Portanto, o trabalho com temas como gênero e sexualidade se encaixa nos temas transversais, precisamente em áreas como saúde, pluralidade cultural e orientação sexual, pois, são assuntos que envolvem a saúde mental, física e social dos sujeitos, e se referem também a pluralidade existente na sociedade, na cultura e logicamente são assuntos que dialogam com a identidade e orientação sexual dos indivíduos.

Dessa forma, as escolas devem conhecer a importância que esses debates exercem tanto no meio social quanto no meio escolar, para que o ensino possa ser de fato, uma ferramenta de inclusão e acolhimento da diversidade. Afinal, gênero e sexualidade representam temas transversais, pois, são temas que afeta o micro e macroestruturas. São assuntos que envolvem não apenas indivíduos, mas toda sociedade, pois, diz respeito às relações sociais e políticas.

Dessa maneira, é fundamental a busca por uma sociedade que acolha e respeite a diversidade. Sobre as temáticas que envolvem diversidade na atualidade, de acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado do Ceará:

As temáticas da diversidade e inclusão na educação vêm adquirindo cada vez maior visibilidade, suscitando discussões e reflexões da grande mídia às redes sociais, dos movimentos sociais às salas de aula”. Relações étnico-raciais, diversidade sexual, questões de gênero, pluralismo religioso, relações geracionais, culturais, infantis e juvenis são temas que provocam diversas reações, assim como geram iniciativas e orientações a serem praticadas numa perspectiva de afirmação democrática, respeito mútuo, aceitação da diferença e construção de uma sociedade em que todos e todas possam ser plenamente cidadãos e cidadãs. (SEDUC, 2015. p. 1).

Nesse contexto, com vistas ao respeito e tolerância à diversidade, formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças, diversidade, promoção da educação inclusiva e Direitos Humanos, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, instituiu na estrutura organizacional da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CODEA, a área da Diversidade e Inclusão Educacional.

A CODEA estabelece em suas diretrizes e políticas a valorização e conscientização sobre a importância do respeito às diferenças e diversidade na sociedade, na cultura. Além disso, é um órgão que define em seus objetivos, a indispensabilidade de fortalecer um ambiente escolar com base no respeito, na equidade, na compreensão e respeito com as diversidades étnicas, raciais, de gênero, sexualidade, geracional. A CODEA também ressalta a importância de garantir um contexto escolar com igualdade, justiça tanto em seu

acesso, como em suas relações, sendo a escola nesse sentido, um ambiente de respeito, inclusão, equidade e paz.

Sobre o desenvolvimento das práticas e objetivos apresentados na citação, compreende-se que apesar da relevância e os impactos que os estudos de gênero possibilitam, os docentes podem não trabalharem tais assuntos devido às questões burocráticas como, por exemplo: seguir o conteúdo programado, o cronograma, a preparação de alunos para provas internas e externas. Além disso, aspectos sócio-culturais como medo de sofrer represálias, gerar incômodos, conflitos internos ou externos com a família, comunidade e com autoridades políticas, são fatores que podem influenciar através do silenciamento, intimidação e medo de explanar debates sobre temáticas de gênero.

2.2 Definição de gênero

Segundo Scott (1990, p. 86) gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, ou seja, é visto a partir da construção social, não é um conceito conclusivo pois:

O gênero define-se em papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma sociedade em determinado momento, considerando os papéis apropriados para homens e mulheres: os atributos sociais e oportunidades associados ao ser homem ou mulher e às relações entre mulheres e homens. (MARÇAL, 2019. p. 1)

Conforme apresentado, esses atributos, oportunidades e relações são socialmente construídos e aprendidos por meio de processos de socialização. O autor prossegue ponderando que são específicos de um contexto e um tempo, e são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem. Portanto, gênero representa uma espécie de papel, de função social, o qual carrega junto estereótipos socialmente estabelecidos.

É perceptível que a categoria gênero não se limita ao sexo biológico, sendo essa categoria historicamente construída em raízes sociais. Sendo que outro ponto observado é que gênero se relaciona com papéis, comportamentos, discursos, atribuições que foram ao longo da história da sociedade e da cultura imposta ao sexo masculino e sexo feminino.

Ademais, ao se debruçar sobre esse assunto, também é perceptível que conceituar e compreender gênero exige pensá-lo dentro de um contexto político, histórico e social, pois, essa categoria está situada em contextos de tempo e ação, e como bem aponta Marçal (2019),

é um conceito mutável, pois, se modifica e sofre influência das interações e transformações, devidas do tempo, espaço, cultura e sociedade. Ampliando o debate, percebe-se que:

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana; no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (SILVA, 2007. p. 39)

A partir do enunciado, é possível afirmar que há um consenso nas ciências sociais e humanas no qual o conceito de gênero está diretamente conectado a uma construção social do sexo feminino e masculino, sendo também uma categoria que é influenciada e influencia a cultura. Com isso, é inegável que tanto homens como mulheres representam produtos de sua realidade, tempo e espaço. Ou seja, não podem ser definidos exclusivamente por seus corpos biológicos e anatômicos.

Nessa direção, compreende-se que “pensar o gênero também como construção social permite ver a diversidade de formas de manifestar a feminilidade e a masculinidade. Faz perceber que podemos transitar entre os estereótipos do masculino e do feminino em momentos nos quais somos mais sensíveis” (CASAGRANDE; TORTATO, 2016, p. 27).

Nesse diapasão, se enfatiza que a inclusão e trabalho contínuo com os estudos de gênero é de suma importância no campo educacional, pois, é indiscutível que primeiramente a escola apresenta sua função social, tendo o papel de incentivar e formar sujeitos críticos, tolerantes, com princípios e ações cidadãs e humanistas.

Ademais, a escola também tem o papel de trabalhar assuntos de cunho político, social e cultural, pois há diversos assuntos que além de se caracterizarem como transversais, permeiam a realidade social dos discentes. Nesse sentido, é inegável que o preconceito, papéis de gênero, sexualidade e violência de gênero, são problemáticas presentes na realidade dos estudantes. Sendo assim, não há razões para a escola se isentar de suas responsabilidades.

2.3 Análise sobre gênero nas diretrizes educacionais

Gestos (2017, p.15) tece declarações acerca da importância da educação, especialmente do impacto da educação escolar sobre assuntos como gênero, onde:

A educação é apontada como a estratégia mais eficaz para promover a equidade de gênero, as iniciativas legislativas nas três esferas têm eliminado a discussão dos temas gênero e diversidade sexual do espaço escolar, alguns dos quais responsabiliza criminalmente professoras (es) que o façam. Em abril deste ano, o Ministério da Educação, por iniciativa própria, eliminou os termos identidade de gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular.

A educação pode ser uma excelente estratégia para a promoção de equidade de gênero, no entanto, ocorre que há medidas de cunho arbitrárias que visam à extinção da utilização de termos como identidade de gênero e orientação sexual no âmbito educacional, sendo também observável que há uma tentativa de responsabilizar de forma criminal docentes que levem essas discussões para o espaço de sala de aula. Pode-se citar como exemplo, as atuais medidas do governo federal como a eliminação de termos como orientação sexual e identidade de gênero da BNCC, essa ação demonstra uma posição contrária à diversidade pluralidade por parte do governo federal.

Em concordância com Gestos, Brito (2016, p. 1) reforça a importância e as implicações positivas que os estudos e reflexão sobre gênero na escola tende a propiciar:

A escola é um espaço não só para ensinar letras e números, mas também para promover cidadania e, nesse sentido, deve ser espaço democrático e inclusivo, onde estudantes aprenderão que é possível o convívio com a diferença longe da violência e opressão. Uma escola que promova a igualdade de gênero não é uma escola que ensina crianças e adolescentes a serem gays ou que ensinam sexo de maneira inapropriada para as diferentes faixas etárias. É espaço pedagógico no qual se aprende que sexo é muito mais que natureza ou biologia, é também regime político da vida. Por isso acreditamos que a escola é lugar para o ensino do respeito mútuo. Isso não significa que a escola disputará com a casa ou a igreja – há valores morais que aprendemos e ensinamos em nossa vida privada. Mas é principalmente na escola que convivemos pela primeira vez com os diferentes de nós: as crianças verão que há diferentes cores, religiões e modos de se apresentar no mundo. Uma escola que promova igualdade de gênero será também espaço para todos e todas e, quem sabe em um futuro bonito, terá a potência de formar uma sociedade livre do ódio, violência ou perseguição.

Pontua-se que a escola é um local onde deve ser ensinado o exercício da cidadania, respeito às diversidades. Justamente por lançar tal olhar, é que se percebe a inclusão desses assuntos e sua legitimação nos documentos voltados para as diretrizes educacionais para que assim a escola seja pensada além do letramento e se comprometa também com a formação social e exercício da cidadania.

Nesse sentido, é de suma importância destacar o que os documentos como LDB, PNE, CF/88 e BNCC expressam acerca da discussão de gênero no contexto educacional, pois, a partir da análise desses documentos, se pode ampliar o debate sobre o tema gênero no âmbito educacional pela análise do texto constitucional de 1988, pois, a CF/88 é o documento jurídico mais relevante de um país democrático. Dessa forma, o texto constitucional assegura em seu Art. 3º que um dos objetivos centrais do Brasil republicano e constitucional é a promoção "do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 2017, p. 1).

No que se refere à educação, a referida constituição mais precisamente seu artigo 205 aponta a educação como sendo direito de todos e dever do Estado e da família. O texto constitucional também expressa que “a educação escolar será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 1).

É possível observar que a constituição defende que a educação escolar seja construída em princípios que promovam a igualdade entre os sujeitos, igualdade de condições, que seja um ensino que estimule o respeito, tolerância, pluralidade de ideias, concepções, que incentive a liberdade de expressão, ideias, aprender, ensinar.

Em diálogo com a CF/88, a LDB expressa em seu Art.3 os princípios que a educação escolar deve ser constituída:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996, p. 1).

Percebe-se a preocupação da LDB enquanto Lei de Diretrizes em estabelecer garantias como: igualdade de condições, especialmente nos aspectos de acesso e permanência dos discentes na escola; liberdade para aprender, lecionar, fazer pesquisa, divulgar elementos como cultura, arte, conhecimento. Além disso, a LDB garante o pluralismo de ideias e concepções no contexto escolar, o respeito, a tolerância, gratuidade do ensino público, gestão democrática e participativa no ensino público, além de assegurar o respeito à diversidade étnica e racial, etc.

Em paralelo a LDB, o PNE também dispõe informações relevantes sobre os princípios e objetivos que devem nortear a educação nacional como a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Além de estabelecer como uma das diretrizes da educação escolar a "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014, p. 1).

O PNE dentre outros aspectos, também defende o acompanhamento e combate no ambiente escolar de casos relacionados à discriminação, preconceitos ou violências, tendo como objetivo também, a prevenção de problemáticas como evasão escolar que em alguns casos decorrem de preconceito ou discriminação, implicando em busca de uma rede de proteção contra quaisquer formas de exclusão, discriminação e violência (BRASIL, 2014).

Além da LDB e PNE, a BNCC contempla em seu conteúdo, habilidades, competências e temas transversais que devem ser trabalhados junto aos alunos. Na área de ciências da natureza são orientados conhecimentos, informações e esclarecimentos para os estudantes acerca de assuntos relacionados à saúde, corpo, sexualidade, doenças e gravidez. De acordo com o documento normativo:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 2017, p. 325).

A BNCC contempla diversos assuntos e conhecimentos de extrema relevância, dando destaque a temas como: reprodução, sexualidade humana, saúde, saneamento básico, alimentação saudável, corporeidade, autoestima, segurança, autocuidado, saúde física, mental, sexual, inteligência emocional, políticas públicas, responsabilidades do poder estatal, saúde da família da comunidade, pesquisa científica, doenças, etc. Dessa forma, a leitura e assimilação das orientações, temas transversais, competências, habilidades, temas que a BNCC contempla em seu documento é de suma importância, especialmente para os profissionais da educação e atores sociais que compõem a escola.

Os aspectos apresentados distribuem-se em outras áreas como, por exemplo, observa-se também no currículo da área de Educação Física, onde a BNCC orienta que o professor da disciplina tenha como alguns de seus objetivos:

Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção de preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos

discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes (BRASIL, 2017, p. 221).

A BNCC também tece mais colocações acerca dos princípios, objetivos e temas transversais que devem estar presentes na construção do ensino nas escolas brasileiras:

Nesse contexto, a BNCC afirma de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017, p. 1).

Tendo em vista as informações expressas em relação à LDB, BNCC, PNE e CF/88 em relação ao trabalho com gênero e sexualidade na educação, o que se verifica é que os documentos supracitados não restringem, tampouco inibem o trabalho com esses temas, sendo visível também que os documentos mencionados ressaltam a importância de explicar esses temas com os estudantes como forma de prevenção e combate aos preconceitos, discriminações, violências e exclusões dentro do âmbito escolar além de prepara-los para as diferenças, saúde e autocuidados.

Em face do exposto, constata-se que os documentos analisados defendem que o trabalho com essas temáticas dentro do campo educacional pode implicar na construção de uma educação pautada em princípios democráticos, humanistas, e de respeito e tolerância.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

O estudo aqui desenvolvido trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual segundo Gil (2002), não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Preocupando-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ou seja, no caso da pesquisa, como trabalhar a temática de gênero no ambiente escolar.

O trabalho também se caracteriza como pesquisa exploratória, que neste tipo de estudo tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a

torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Além disso, a pesquisa exploratória visa apresentar o objeto de forma densa, de maneira que fique claro para o leitor a importância, particularidades do objeto analisado.

3.2 Coleta e análise de fontes

Em relação às fontes, a pesquisa tomou por base pesquisas bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Quanto às fontes documentais, foram consultados documentos educacionais como LDB, PNE, BNCC (Ensino Fundamental), PCNs e documentos jurídicos como CF/88 com a finalidade de analisar como esses documentos concebem, garantem e orientam a inclusão e trabalho com gênero no contexto educacional bem como também podem servir de apoio no processo de discussão do problema apresentado.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em banco de dados como: Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Para facilitar na busca de dados, foram estabelecidos marcadores como: “Gênero”, “Educação”, “Conceito”, “Importância”, “Legislação”, “Documentos educacionais”, “Desafios” e “Impactos”.

Tendo como base os descritores, foram definidas também os critérios de inclusão e exclusão, sendo estabelecidos que os materiais selecionados teriam que se encaixar em alguns critérios como: disponibilidade, está completo e acessível para leitura e consulta; ser um documento educacional, jurídico ou trabalho científico.

Também foi realizada uma análise de dados sobre os estudos de gênero, com base nos artigos e documentos legais e educacionais, sendo em seguida instigada uma discussão sobre a relação entre gênero e formação cidadã, como forma de agregar ao trabalho docente no contexto de ensino-aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da pesquisa, os resultados obtidos indicam que é de suma importância o trabalho com gênero na educação escolar nos dias atuais, haja vista que, gênero assim como sexualidade, são assuntos que atravessam a realidade dos estudantes, sendo também temas que compõem a identidade humana.

Além de compor a formação dos seres humanos, esses assuntos também dizem respeito às relações humanas, sociais, tendo também implicações sobre a existência, direitos, saúde e a forma como determinados segmentos sociais são tratados de forma discriminatória, violenta e tendo seus direitos violados, desprezado por parte da sociedade.

É importante ressaltar que assuntos como gênero, sexualidade acompanham o desenvolvimento humano e também possui impactos em campos como a cultura, sociedade e política. Sendo essencial destacar que esses temas também sofrem efeitos desses elementos ao longo do tempo, sendo concebidos a partir de uma ótica repreensora ou livre, isso, depende de como a cultura, sociedade e política se posicionam diante desses temas.

Além disso, os resultados encontrados também apontam que o trabalho com gênero demonstra ser uma atividade desafiadora e árdua para os docentes, visto que, na contemporaneidade se observa uma rejeição por parte de uma parcela da sociedade e da família no que se refere à inclusão e trabalho com temas como: sexualidade, gênero, discriminação, igualdade de gênero no contexto escolar.

Os resultados observados também indicam que além da rejeição por parte de uma parcela significativa da comunidade e de arranjos familiares, há também por parte de alguns governos de espectro mais conservador, uma resistência no sentido de não aceitar que docentes trabalhem essas temáticas na educação escolar, sendo também observado que há um baixo investimento e incentivo que assuntos de cunho político, social, cultural e histórico sejam contemplados no dia a dia das salas de aulas.

Os dados obtidos também apontam que documentos como LDB, PNE, BNCC e CF/88 não fazem oposição à inclusão, tampouco ao trabalho contínuo com temas como: sexualidade e gênero no contexto de ensino e aprendizado. Pelo contrário, esses documentos são explícitos e enfáticos em se oporem a quaisquer formas de discriminação, preconceito, estigma, violência e opressão, sejam defensores da diversidade, pluralidade, liberdade, direitos, respeito e tolerância dentro e fora do âmbito escolar.

O que ocorre muitas vezes em que uma parte das famílias, comunidades e governos são contrárias à discussão e explanação desses temas no campo educacional, pois, acreditam que esses assuntos podem acarretar impactos negativos para crianças e jovens, o que não tem base científica, pois, a pluralidade de ideias, a diversidade dos seres humanos e a tolerância com as diferenças têm efeitos na maioria das vezes positivos para a sociedade e as relações humanas.

Em relação à aversão e ausência de apoio de líderes, governos ultraconservadores no trabalho como assuntos como sexualidade e gênero, é importante pontuar que isso colabora

para que haja o fortalecimento de sentimentos como medo, receio, vergonha e tensão por parte dos docentes em explorar essas temáticas, assuntos que atravessados por tabus, inverdades e desconhecimento ao longo da história da humanidade.

Sendo comum que esses assuntos mencionados não sejam abordados ou quando são, eles não recebem uma explanação adequada, profunda e com uma percepção crítica e reflexiva. Ou seja, nas circunstâncias que esses temas são explanados, há uma abordagem superficial, sem informações verdadeiras ou até preconceituosas e cheia de estigmas.

Com isso, vê-se a necessidade de investimento na formação dos professores, na aquisição de materiais e espaços adequados para a abordagem desses assuntos em sala de aula. Além disso, são essenciais metodologias para atrair atenção dos discentes e que sanem as dúvidas, preconceitos e desconhecimento que os estudantes trazerem para dentro da sala.

Nessa direção, outro resultado encontrado no desenvolvimento da pesquisa aponta que os estudos de gênero no contexto de ensino e aprendizado contribuem para a formação de uma educação com base mais inclusiva, diversificada, tolerante, democrática e cidadã.

Portanto, é indispensável que na elaboração, revisão do currículo, das salas, dos objetivos do ensino e aprendizado seja (re) avaliada as estratégias, materiais, conteúdos e didáticas para que a abordagem com assuntos como gênero, por exemplo, seja feita de forma adequada, bem embasada, coerente, informativa e eficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa acepção, ao longo do artigo foram explanados pontos como: o que é gênero, a importância de se trabalhar esse assunto dentro da sala de aula, além disso, também foram abordados os desafios que há em relação ao trabalho com a temática, sendo também ressaltados os impactos possibilitados pelo assunto e sua relação com a construção de uma escola cidadã, humanista e diversificada.

Além disso, através de diversas contribuições bibliográficas e análises documentais foi possível discutir objetivos traçados na pesquisa, sendo a problemática também respondida no decorrer do desenvolvimento da pesquisa por meio de informações e discussões pertinentes sobre o objeto de estudo.

Destaca-se também que a pesquisa apresenta uma variedade de autores, materiais, sendo utilizados tanto livros, como artigos e documentos jurídicos e educacionais. Essas fontes selecionadas indicam que é indispensável que a escola na atualidade insira e trabalhe de forma adequada e com base crítica e científica assuntos como gênero e sexualidade.

Por outro lado, os dados encontrados também apontam que há diversos empecilhos como: tabus, preconceitos, falta de investimento, ausência de formação adequada dos docentes, que impede o trabalho eficiente e contundente desses assuntos no contexto de ensino e aprendizado. Esses problemas muitas vezes são intencionais, pois, muitas vezes governos de viés mais conservador são opositores dessas temáticas no campo educacional.

Dessa forma, o trabalho busca conscientizar e defender com veemência a importância da inclusão e abordagem diária com esses temas, sendo fundamental o apoio da família, comunidade, classe política, ou seja, é essencial um conjunto de medidas para combater a discriminação, desigualdade e violência de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 13 out, 2021.

BRASIL. **A Constituição Federal de 1988**. 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 18 dez, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov, 2021.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>.
Acesso em: 10 out, 2021

BRASIL. Ministério de Educação. **Secretaria de Educação. Secretaria de Ensino Fundamental**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2018.

BRITO, Luciana. **Por que falar de gênero nas escolas?** 2016. Justificando. Disponível em:
<http://www.justificando.com/2016/07/22/por-que-falar-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 12 set, 2021.

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. **Entrelaçando gênero e diversidade**: enfoques para educação. Curitiba: UTFPR, 2016.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). **Diversidade e Inclusão Educacional**. 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/diversidade-e-inclusao-educacional/>. Acesso em: 12 nov, 2021.

FELIPE Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Rev. ProPosições**, v. 18, n. 2, mai/ago. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GESTOS – **Soropositividade, Comunicação e Gênero**. Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <http://brasilnaagenda2030.org>. Acesso em: 13 nov, 2021.

LEAL, Nathalia Costa; ZOCCAL; Sirlei Ivo Leito; SABA, Marly. **QUESTÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO A ESCOLAR**. **LEOPOLDIANUM**, n. 121, ANO 43, 2017, n.121.

LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. **Revista em Educação**, n. 46 p. 201-206 dez 2007.

MARÇAL, Leonardo. **Igualdade de gênero no ambiente escolar**. 2019.

Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/21/igualdade-de-genero-no-ambiente-escolar>. Acesso em: 15 out, 2021.

MEDEIROS, Leticia; MORAES, Isabela. **Gênero: você entende o que significa?** Politize. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>. Acesso em: 13 set, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, 1995.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola**. **Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - Nuteg**, Niterói, v. 8, n.1, 2007.